



COMISSÃO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS

Relatório

Portugal na União Europeia
Ano 2003

Compete à Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas elaborar um parecer sobre a matéria da sua competência relativamente ao relatório de participação de Portugal na construção europeia – 18º ano – no cumprimento do disposto na Lei n.º 20/94, de 15 de Junho (Acompanhamento e apreciação pela Assembleia da República da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia), designadamente os seus artigos 2º e 5º.

INTRODUÇÃO

O ano de 2003 foi marcado por dois grandes momentos. O primeiro deu-se com a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), o segundo com a apresentação do Relatório da Comissão sobre a situação da agricultura portuguesa, reconhecendo a existência de especificidades na agricultura nacional.

No quadro da reforma da PAC, é de destacar o aumento do *plafond* português de direitos a prémios para vacas leiteiras, assim como uma solução específica para a problemática leiteira dos Açores que ficou aquém do esperado.

Em vez de um desligamento generalizado das ajudas comunitárias, foram acordadas fórmulas optativas de desligamento parcial, que podem evitar o abandono generalizado da agricultura no nosso país.

Ainda no âmbito da reforma da PAC, agora relativamente ao Desenvolvimento Rural, foi introduzido um mecanismo de modulação das ajudas, com carácter obrigatório para todos os Estados-Membros, que implica uma redistribuição comunitária a favor de medidas de desenvolvimento rural das poupanças orçamentais geradas por este mecanismo e uma franquia para os agricultores de menor dimensão. Este sistema juntamente com a aplicação dos critérios de coesão, de acordo com o Governo, traduzir-se-á num saldo financeiro líquido anual de 33 milhões de Euros a favor de Portugal.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
RURAL E PISCAS

A REFORMA DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

A PAC reformada alterará profundamente a forma como a EU apoiará a agricultura.

O sistema adoptado baseia-se num sistema em que a maioria dos subsídios será concedida através de um pagamento único por exploração, independente do volume de produção e condicionado ao respeito por normas ambientais, segurança alimentar, saúde animal e vegetal e de bem-estar dos animais.

Para evitar o abandono das explorações, principalmente nas zonas marginais, com taxas de produtividade mais baixas, os Estados-Membros poderão optar por manter uma ligação reduzida entre os subsídios e a produção.

Procedeu-se ainda, à revisão das OCM (Organizações Comuns de Mercado) dos cereais, arroz, trigo duro, forragens secas, leite e frutos de casca rija.

A reforma da PAC contemplou ainda as seguintes medidas, relevantes para Portugal:

- Possibilidade de implementação do desligamento até 2007;
- Faculdade de excluir o regime de pagamento único nas Regiões Autónomas;
- A modulação das ajudas directas apenas se aplicará a explorações com um volume global superior a 5 000 euros, pelo que 96% dos agricultores portugueses ficarão isentos deste mecanismo;
- Isenção de aplicação da modulação às Regiões Ultraperiféricas;
- Introdução de ajudas de adaptação ao cumprimento das normas de condicionalidade.

Mais detalhadamente a PAC, caracteriza-se por:

Pagamento único por exploração: Sistema desligado da produção, baseado no montante de ajudas directas recebidas pela exploração durante o período 2000 a 2002. Os Estados-membros poderão decidir excluir do regime de pagamento único as ajudas pagas nas regiões ultraperiféricas. É de realçar que nos sectores da carne de bovino, ovino e caprino, caso um Estado-Membro opte por não aplicar o regime de pagamento único, terá de apresentar à Comissão um programa destinado a apoiar as actividades tradicionais e a melhoria qualitativa destas produções.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
RURAL E PISCAS**

Condicionamento do pagamento único ao respeito por normas ambientais e respeito por regras de segurança alimentar, saúde animal e vegetal, de bem-estar animal, bem como à exigência de manter as terras agrícolas em boas condições agronómicas e ambientais.

Criação de um sistema de aconselhamento agrícola sobre as modalidades de aplicação das normas de condicionalidade, facultativo até 2006. Os Estados-Membros deverão proporcionar aos agricultores este serviço, que deverá aconselhar os agricultores sobre a aplicação das normas e boas práticas no processo produtivo. Serão realizadas auditorias às explorações, ainda que com carácter facultativo. Em 2010 o Conselho decidirá se este sistema deverá ou não tornar-se obrigatório.

Disciplina Financeira: Institui-se um mecanismo que prevê que, caso as previsões indiquem o risco de ultrapassagem do tecto orçamental previsto na respectiva rubrica, deverá ser ajustado o apoio directo (por decisão do Conselho).

Modulação das ajudas directas: A fim de reforçar os recursos orçamentais disponíveis para o desenvolvimento rural, será introduzido, no período de 2005 a 2012, à escala comunitária, com excepção das Regiões Ultraperiféricas, e com carácter obrigatório, um sistema de redução progressiva dos pagamentos directos. Todos os pagamentos directos concedidos a uma exploração acima de 5.000 euros anuais serão reduzidos em 3% em 2005, em 4% em 2006 e em 5% a partir de 2007. Estima-se que a taxa de modulação a aplicar a partir de 2007 disponibilizará fundos suplementares para o desenvolvimento rural num montante anual de 1 200 milhões de euros. As poupanças orçamentais geradas por este mecanismo serão aplicadas em medidas de Desenvolvimento Rural.

Alargamento a novas medidas do campo de aplicação das ajudas ao desenvolvimento rural, a partir de 2005, destinadas a promover o ambiente, a qualidade, a segurança alimentar, a saúde e bem-estar animal, assim como a ajudar os agricultores a aplicar as normas de produção comunitária. A destacar:

- Incentivos a sistemas de melhoria da qualidade;
- Ajuda forfetária para a adaptação à aplicação de normas comunitárias ambientais, de saúde pública, bem-estar animal entre outras, ainda não implementadas a nível nacional;
- Apoio comunitário ao serviço de aconselhamento agrícola;

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
RURAL E PESCAS**

- Ajuda financeira aos agricultores que se comprometam a melhorar o bem-estar animal;
- Reforço do apoio aos jovens agricultores;
- Florestação de superfícies agrícolas pertencentes a autoridades públicas;
- Possibilidade de apoio a florestas estaduais.

Medidas de apoio aos mercados agrícolas: Foram tomadas medidas nos:

- cereais (manutenção do preço de intervenção, redução de 50% das madurações mensais e exclusão do centeio do benefício do regime de intervenção),
- trigo duro (foi introduzido um prémio específico à qualidade no valor de 40 euros/ha ajuda esta assegurada para a superfície máxima garantida que tem a área de 118 000 ha),
- arroz (redução do preço de intervenção de € 298,35/t para €150/t, as superfícies máximas garantidas sofreram uma redução para a média das áreas cultivadas no período de referencia, sendo atribuído a Portugal 24.667 ha),
- forragens secas (foi atribuído um tecto máximo de 30 000t, a €33),
- proteaginosas,
- ajuda às culturas energéticas (ajuda anual de €45/ha),
- batata para fécula (40% da ajuda actual, fixada em € 110,54/t, será incluída no pagamento único por exploração),
- frutos de casca rija (€120,75, num máximo de 41 300 ha, para Portugal).
- carne de bovino (aumento de 90 000 direitos a prémios para vacas aleitantes),
- produtos lácteos (manutenção do regime de imposição suplementar até 2014/2015). Foi ainda decidido antecipar a redução assimétrica dos preços para a manteiga, leite em pó desnatado, que será acompanhada de um aumento do prémio dos produtos lácteos. O preço indicativo do leite foi abolido.

Relativamente à quota de leite açoriana, foi prolongada a isenção de imposição suplementar por ultrapassagem da quota em 73.000 toneladas, e a sua conversão em quota adicional a estabilizar ao nível de 50.000 toneladas em 2005/2006. Esta prorrogação permitiu, para as campanhas de 2003/2004 e 2004/2005 manter a isenção da imposição suplementar de 73 000 toneladas e, a partir de 2005/2006, e até ao final do regime de quotas, de 23 000 toneladas.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
RURAL E PISCAS**

Gestão de Crises – Foi ainda decidido que a Comissão apresentará, um Relatório com propostas específicas para fazer face a riscos, crises e /ou catástrofes à escala nacional.

ESPECIFICIDADE DA AGRICULTURA PORTUGUESA

Em resposta aos pedidos portugueses sobre a especificidade da agricultura portuguesa, o Conselho Europeu de Copenhaga de 2002 convidou a Comissão a apresentar um relatório que analisasse a forma como a PAC se aplica à agricultura portuguesa. Este relatório foi apresentado no Conselho Europeu de Bruxelas, de Outubro seguinte, nele se reconhecendo que a permanência de dificuldades específicas na agricultura nacional, resulta, não apenas de problemas de ajustamento estrutural, mas também da forma como a PAC tem vindo a ser aplicada em Portugal.

Neste contexto, a Comissão propôs os seguintes eixos de actuação:

- Relançamento e aceleração do ajustamento estrutural, nomeadamente através da continuação de medidas de apoio ao Desenvolvimento Rural, que se deverão manter na próximo quadro comunitário de apoio (QCA);
- Apoios ao desenvolvimento de uma agricultura sustentável e orientada para o mercado, focalizada na qualidade;
- Melhoria da sustentabilidade e competitividade das zonas rurais;

Estruturas Agrícolas

A protecção do emprego no mundo rural

No âmbito da estratégia europeia para o emprego, o Conselho aprovou um conjunto de linhas de orientação, como forma de proteger o emprego no mundo rural:

- Prossecução dos objectivos em matéria de emprego fixados pelo Conselho Europeu de Lisboa de 2000, tendo em conta as singularidades do sector primário;
- Intercambio de informações sobre experiências;
- Análise das perspectivas de emprego nas zonas rurais, com destaque para os jovens e mulheres;

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
RURAL E PESCAS**

- Dar seguimento às Conclusões do Conselho de Ministros, relativos à igualdade de homens e mulheres nas actividades ligadas ao desenvolvimento rural do território;
- Identificação de outras actividades, que não a agricultura, possíveis no mundo rural.

Seguros Agrícolas

Reconhecendo que a actividade agrícola se defronta com factores adicionais de incerteza que vão para além dos riscos naturais o Conselho aprovou um conjunto de Conclusões sobre a gestão de riscos na agricultura e convidou a Comissão a analisar novos instrumentos que substituam, se for caso disso, as actuais medidas.

Agricultura Biológica

Tendo em conta que a Agricultura Biológica se encontra em fase de expansão, com um aumento crescente da sua procura, foram elaboradas algumas linhas estratégicas, de forma a melhorar as condições de comercialização e a assegurar uma melhor informação do consumidor.

Destacam-se as seguintes Conclusões:

- Tomada de iniciativas , inclusive a nível internacional, com vista à definição de “agricultura biológica” e de “produto biológico”;
- Avaliação dos custos e benefícios da utilização de um logótipo europeu;
- Protecção e valorização dos produtos biológicos, nomeadamente através do controlo da presença accidental de organismos geneticamente modificados (OGM);
- Avaliação das possibilidades de os Estados-Membros incentivarem iniciativas visando criar zonas rurais para o incremento dos produtos de valor acrescentado, como os produtos biológicos, os típicos e os tradicionais, numa lógica de desenvolvimento local dos produtos de qualidade;
-

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
RURAL E PESCAS**

- Adaptação da regulamentação de base, em matéria de controlos, para o sector biológico;
- Articulações das acções do Plano de Acção Europeu com o papel estratégico a atribuir à agricultura biológica no âmbito das políticas ambientais da União. Ainda neste âmbito, a Comissão foi mandatada para encetar negociações com os EUA, com vista ao reconhecimento mútuo de normas relativas ao modo de produção biológico e aos respectivos sistemas de controlo.

Indicações geográficas e denominações de origem

Foi aprovado o Regulamento (CE) n.º 692/2003, de 8 de Abril, relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos alimentícios, com excepção dos vinhos e bebidas espirituosas.

FLORESTAS

Neste âmbito foi aprovado o Regulamento (CE) 2152/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro, que prossegue as actividades de monitorização dos efeitos da poluição atmosférica e dos incêndios nas florestas, bem como o estudo das causas destes e a prevenção dos mesmos.

De realçar que o enfoque na questão dos incêndios se dá pela maior sensibilidade adquirida pelo Parlamento Europeu após os incêndios do verão de 2003 em todo o Sul da Europa.

Foi ainda decidido preparar um Plano de Acção com vista a reforçar a contribuição da União para a resolução dos abates ilegais de árvores importadas pela Europa. O Conselho conclui pela necessidade de uma abordagem faseada, na tentativa de privilegiar soluções multilaterais entre os países produtores e consumidores de madeira.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
RURAL E PESCAS**

Harmonização de Legislação

São de destacar as seguintes matérias regulamentadas:

Alimentos para animais

Foi aprovado o Regulamento (CE) n.º 1831/2003 do PE e do Conselho, com o objectivo de estabelecer um procedimento comunitário para a autorização da colocação no mercado e do uso de aditivos para a alimentação animal.

Segurança Alimentar

De salientar os Regulamentos 1829/2003 e 1830/2003, do PE e do Conselho, ambos de 22 de Setembro, que visam a protecção do consumidor relativo aos Organismos Geneticamente Modificados (OGM), tendo tido em conta a protecção da vida e saúde humana e animal, o funcionamento do mercado interno, e a criação de um sistema que visa rastrear os alimentos OGM durante a cadeia alimentar, de forma a facilitar a rotulagem exacta e o acompanhamento dos efeitos no ambiente.

Nesta matéria foram ainda aprovados os seguintes diplomas:

Directiva 2003/74/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro de 2003, que altera a Directiva 96/22/CE do Conselho relativa à proibição de utilização de certas substâncias com efeitos hormonais ou tireostáticos e de substâncias β -agonistas em produção animal;

Directiva 2003/89/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de Novembro de 2003, que altera a Directiva 2000/13/CE relativamente à indicação dos ingredientes presentes nos géneros alimentícios;

Regulamento (CE) n.º 1040/2003 do Conselho, de 11 de Junho de 2003, que altera o Regulamento (CE) n.º 1255/97 no respeitante à utilização dos pontos de paragem no transporte de animais;

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
RURAL E PISCAS**

Regulamento (CE) n.º 998/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, relativo às condições de polícia sanitária aplicáveis à circulação sem carácter comercial de animais de companhia e que altera a Directiva 92/65/CEE do Conselho;

Directiva 2003/50/CE do Conselho, de 11 de Junho de 2003, que altera a Directiva 91/68/CEE no que diz respeito ao reforço dos controlos da circulação de ovinos e caprinos.

Regulamento (CE) n.º 21/2004 do Conselho, de 17 de Dezembro de 2003, que estabelece um sistema de identificação e registo de ovinos e caprinos e que altera o Regulamento (CE) n.º 1782/2003 e as Directivas 92/102/CE e 64/432/CEE. Portugal votou contra este Regulamento por entender que o financiamento comunitário das medidas de identificação electrónica e da criação da base de dados deveria ser efectuado através do FEOGA – Garantia e não do FEOGA - Orientação.

Zoonoses

Directiva 2003/99/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro de 2003, relativa à vigilância das zoonoses e dos agentes zoonóticos, que altera a Decisão 90/424/CEE do Conselho e revoga a Directiva 92/117/CEE do Conselho;

Nitrofuranos

Em finais de 2002, foi descoberta a utilização de nitrofuranos (antibióticos), proibida na UE desde 1994, em galináceos, perus e codornizes, em explorações de aves de capoeira em Portugal. Na sequência desta detecção, as autoridades portuguesas implementaram um Plano de Acção, que abrangeu nomeadamente o controlo de mais de 70% da produção de aves, mas também de coelhos, de suínos, da aquacultura e ainda de alimentos compostos e de medicamentos. Foram também encerradas várias explorações no país e dada ordem de abate de aves, caso os testes efectuados confirmassem a presença do antibiótico. Foi ainda decidida a retirada do mercado de carne de aves congelada antes de 14 de Março de 2003.

Ainda na área da saúde animal foram tomadas medidas relativas à Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), Febre aftosa e Doença de Newcastle.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS

Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro de 2003, relativo ao controlo de salmonelas e outros agentes zoonóticos específicos de origem alimentar.

Fitossanidade

2003/199/CE: Decisão do Conselho, de 18 de Março de 2003, relativa à não inclusão do aldicarbe no anexo I da Directiva 91/414/CEE e à revogação das autorizações dos produtos fitofarmacêuticos que a contenham.

PESCAS

O ano de 2003 ficou marcado pelo debate sobre o novo regime de acesso às águas e recursos e a aprovação do Regulamento (CE) nº 1954/2003, de 4 de Novembro.

Portugal, devido às consequências potencialmente negativas para a pesca nacional e para a preservação dos recursos pesqueiros, levou a negociações quer a nível comunitário quer com Espanha.

Ficaram ainda salvaguardadas as especificidades do sector nas regiões autónomas

O Acordo bilateral celebrado entre Portugal e Espanha, em simultâneo com a aprovação da legislação comunitária, inclui a delimitação, durante 10 anos, da actividade de pesca das frotas portuguesas e espanhola em águas continentais recíprocas, tanto no que respeita à zona das 12 às 200 milhas, como no que respeita às zonas fronteiriças dos Rios Minho e Guadiana.

Comunicações da Comissão e Planos de Acção

O Conselho aprovou ainda Conclusões e Planos de Acção relativos:

- Desenvolvimento da aquicultura europeia;
- Redução das devoluções de capturas;
- Melhoria dos pareceres científicos e técnicos para fins de gestão das pescarias comunitárias.
- Incentivo ao melhoramento dos métodos de pesca;

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
RURAL E PESCAS**

- Necessidade de definir os indicadores de referência, no âmbito da implementação da Estratégia de Lisboa;
- A gestão anual dos totais admissíveis de captura, levaram a uma redução das quotas de tamboril, pescada e linguado.
- Também os preços de orientação para 2004 foram determinados pelo Regulamento (CE) n.º 2326/2003, de 19 de Dezembro. As espécies mais relevantes para o sector nacional (sardinha, sarda, tamboril e polvo congelado) viram ser fixados valores superiores aos de 2003.
- Foi ainda mantido o sistema compensatório dos custos complementares gerados pela ultraperificidade das Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, sendo se sublinhar a aprovação do Regulamento (CE) n.º 2328/2003, de 22 de Dezembro, que passou a permitir a possibilidade de os Estados-membros modular as quantidades que beneficiarão da compensação e de a Comissão modular as quantidades e os montantes previstos para as diferentes espécies.

No âmbito da política externa é de realçar a revisão do Protocolo de Pesca EU/Gronelândia, com o qual a frota nacional poderá capturar 800 toneladas de alabote, podendo ainda aceder a uma pescaria de cantarilho.

Foram ainda renovados os protocolos de pesca com a Guiné Conacri, Maurícias, Costa do Marfim, Cabo Verde e Moçambique.

Portugal beneficiou ainda de um aumento de 508 toneladas de Bacalhau nas águas da Noruega e de 300 toneladas em Svalard.

CONCLUSÕES

O Ano de 2003, décimo oitavo ano de participação de Portugal na União Europeia, fica marcado pela reforma da Política Agrícola Comum (PAC). Uma reforma suavizada, pouco ambiciosa e menos profunda que o desejável. Apesar de pela primeira vez ligar as

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
RURAL E PESCAS**

políticas agrícolas às políticas sociais, continua a ignorar as especificidades das culturas mediterrânicas.

A reforma prevê o “desligamento”, isto é cortar a partir de 2005 a ligação entre as ajudas directas aos agricultores e a produção, e a “modulação”, através da redução das ajudas directas às grandes propriedades afectando os montantes assim libertados ao financiamento de medidas de desenvolvimento rural. O compromisso alcançado estima um corte de 3% nas ajudas directas a partir de 2005 e de 5% em 2007.

Espera-se que este modelo contribua para uma redistribuição positiva da PAC entre os Estados-membros. Para Portugal, o Governo estima o valor dessa redistribuição em 33 milhões de euros líquidos por ano. Ainda de acordo com o Governo, mas a confirmar no futuro, o balanço financeiro final dos resultados obtidos no âmbito da revisão intercalar da PAC pode ascender a 193,3 M.Euros (sendo 20,2 M.Euros do aumento da quota de carne bovino; 102,6 M.Euros; 13,2 M.Euros do arroz; 5,0 M.Euros dos frutos secos; 18,5 M.Euros do Azeite e 33,8 M.Euros de benefício líquido nas medidas de Desenvolvimento Rural).

Em síntese, o acordo celebrado, e contra o qual Portugal votou, entre outras medidas:

- Estabelece um sistema de pagamento único directo às explorações e condiciona a atribuição de ajudas a condições ambientais e de segurança alimentar;
- Consagra o desligamento parcial das ajudas directas (culturas aráveis, carne bovino, ovino e caprino) como medida para evitar o abandono de área agrícola nacional;
- Aumenta a quota de carne bovino em 90.000 direitos de produção adicionais com o objectivo de aumentar a produção de carne de qualidade;
- Prevê o prolongamento do sistema de quotas leiteiras até 2015. Contudo relativamente aos Açores , ao não garantir a integração do adicional de 73 mil toneladas na quota do leite, e aumentar só 50 mil toneladas ao limite , reduziu a possibilidade de produção a muitos produtores;
- Introduz um pacote para jovens agricultores com uma discriminação positiva de 5 por cento, e com um prémio de primeira instalação de 30 mil euros;
- durante 10 anos. Prevê o reforço do apoio ao desenvolvimento rural através do aumento da taxa de comparticipação comunitária de 75% para 85% e a criação de novos apoios à melhoria na qualidade dos produtos agrícolas , do ambiente , da segurança alimentar e do bem estar animal.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
RURAL E PESCAS**

Finalmente uma referencia para o facto do condicionamento do pagamento único à exploração, estar associado ao respeito por regras de segurança alimentar, saúde animal e vegetal, de bem estar animal, bem como à exigência de manter as terras agrícolas em boas condições agronómicas e ambientais

Relativamente ao **Sector PESCAS**, o ano de 2003 fica marcado pelo acordo bilateral celebrado por Portugal e Espanha. O Acordo delimita as possibilidades de pesca dos dois países nas águas ocidentais, entre as 12 e as 200 milhas da costa portuguesa e nas zonas fronteiriças do Minho e do Guadiana, dentro da faixa das 12 milhas, permitindo que 133 embarcações de cada um dos países pesquem em ambas as águas até 2013.

Em concreto, com este acordo Espanha poderá entrar com mais 32 barcos em águas portuguesas (24 nas águas entre as 12 e as 200 milhas e 8 no rio Minho), e, Portugal aumentou a sua possibilidade de pesca em Espanha com mais 24 embarcações em águas ocidentais, 8 na zona da foz do rio Minho e 1 no Guadiana.

Em 2003 foi também negociado um importante acordo quanto às quotas de pesca (possibilidades de captura) que se traduziu na redução em 2004 nas quantidades que podem ser capturadas de várias espécies, a saber:

- Redução de 43% na quota de tamboril;
- Redução de 15% na quota de pescada;
- Redução de 8% na quota de sarda;
- Redução de 5% na quota de linguado.

Apenas se manteve a mesma quota no caso do lagostim, do biqueirão e do carapau e se conseguiu a subida da possibilidade de captura para uma espécie – o verdinho.

Finalmente, importa referir, no que respeita às regiões autónomas o estabelecimento de um regime de excepção reservando para as frotas locais a pesca no interior das 100 milhas e o compromisso da Comissão em apresentar uma proposta proibindo a pesca de arrasto nas zonas onde existam montes submarinos, até pelo menos, às 200 milhas em redor das regiões autónomas considerando o facto das águas que rodeiam os Açores e a Madeira apresentarem características únicas em termos ambientais, possuindo ecossistemas ricos mas frágeis pelo que precisam de ser protegidos.



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
RURAL E PESCAS**

Face às reformas acordadas com relevantes alterações em ambos os sectores e cujos reflexos nas condições socio-económicas dos agricultores e pescadores portugueses não se encontram avaliados, cabe um papel especial à Assembleia da Republica no acompanhamento da implementação destas politicas e na avaliação das suas consequências no sector primário da economia Portuguesa.

A. R . 24 de Maio de 2004

A Deputada Relatora

O Presidente da Comissão

(Teresa Venda)

(Álvaro Barreto)